



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ**, com sede na Avenida São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.540.014/0001-57, **ATESTA** para os devidos fins que a **NORTESUL TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA**, com sede na Avenida Ator José Wilker, 605, Bloco 1B – Asia - Sala 565, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ 03.085.134/0001-40, prestou serviços de entrega de documentos bem como na área administrativa para atender à Divisão de Comunicação e Arquivo - DCOM..

ESPECIFICAÇÕES

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

Os serviços serão realizados nos prazos determinados pela contratante. As atividades administrativas serão realizadas todas no Protocolo da Administração Central da UERJ e os documentos a serem remetidos para as diversas Secretarias do Estado do Rio de Janeiro, poderão apresentar-se de diversas formas, a saber:

- Malote
- Documentos
- Correspondência
- Recibo

Entrega de correspondências, documentos e outros da Administração Central da UERJ, bem como as atividades administrativas da DCOM com rapidez e eficiência. Pessoal e equipamentos necessários à prestação do serviço.

- a) 01 (uma) Motocicleta disponível diariamente.
- b) 01 (um) Office-boy na universidade no período de 08 (oito) horas diárias.
- c) 02 (dois). Auxiliares de Serviços Gerais Nível Médio.
- d) Carga horária de 08 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) por semana.
- e) Prazo de contrato de 12 (doze) meses.

Entrega de todos os documentos remetidos pela Administração Central da UERJ, com destino e endereçamento a outros órgãos. A viatura terá quilometragem livre, para execução dos serviços, combustível por conta da empresa, como também a contratação de



pessoal necessário, que permanecerá na Universidade durante o período de 08 (oito) horas diárias que é a carga horária estipulada durante o contrato de 12 (doze) meses.

RELAÇÃO DOS SERVIÇOS PROPOSTOS

- Locação de motociclista
- Condutor mensal e diário
- Entrega de malote
 - Documentos
 - Correspondências
- Simples e pequenas encomendas; inclusive para estabelecimentos bancários.
- Atendimento no RIO de 2ª a 6ª feira horário comercial

PRINCIPAIS LOCAIS DE ENTREGA

a) CENTRO

- Benfica
- Catete
- Catumbi
- Cidade Nova
- Estácio
- Gamboa
- Lapa
- Santa Tereza
- Santo Cristo
- São Cristóvão
- Saúde

b) TIJUCA

- Andaraí
- Grajaú
- Mangueira
- Maracanã
- Praça da Bandeira
- Rio Comprido
- Usina
- Vila Isabel

c) MÉIER

- Água santa
- Engenho de Dentro

d) ZONA SUL

- Botafogo
- Copacabana



- Engenho Novo
- Riachuelo
- Sampaio
- Todos os Santos

- Flamengo
- Cosme Velho
- Gávea

Acrescentamos ainda que a aludida empresa prestou os respectivos serviços de forma satisfatória, não havendo em nossos registros nada que a desabone.

Prazo Contratual: 07/01/2019 a 07/01/2024

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2023.

Aluisio da Conceição

Diretor do Departamento de Serviços Administrativos – DSAD

MATRÍCULA 2527-0 ID 252940-4

CRA/RJ: 20-484160.



CONTRATO Nº. 54/2018/UERJ DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENTREGA DE DOCUMENTOS BEM COMO NA ÁREA ADMINISTRATIVA PARA ATENDER À DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E ARQUIVO - DCOM QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ E A EMPRESA NORTESUL TRANSPORTE E SERVIÇOS EIRELI

A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com sede na Rua São Francisco Xavier nº. 24 - Maracanã, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.540.014/0001-57, daqui por diante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Diretora da Diretoria de Administração Financeira - DAF, MARIA THEREZA LOPES DE AZEVEDO, portador da carteira de identidade nº. 01590734-8 DIC-RJ, CPF nº. 056.435.387-68 no uso de suas atribuições conferidas pela portaria 110/REITORIA/2012, e a empresa NORTESUL TRANSPORTE E SERVIÇOS EIRELI situada na Rua Avenida das Américas nº 7935 sala, 540, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.085.134/0001-40, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada neste ato por RAFAEL DA SILVA BARBOSA, cédula de identidade nº 299551614 DETRAN/RJ, CPF 132.630.427-50, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENTREGA DE DOCUMENTOS bem como na área administrativa para atender à Divisão de Comunicação e Arquivo - DCOM, com fundamento no Processo Administrativo nº E-26/007/1197/2018, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.983 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições restrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviços de entrega de documentos bem como na área administrativa para atender à Divisão de Comunicação e Arquivo - DCOM, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

PARÁGRAFO ÚNICO - O objeto será executado segundo o regime de execução de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da autorização para início dos serviços, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data mencionada nesta cláusula.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- Exercer a fiscalização do contrato;
- Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- Prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
- Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;

- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) Observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) Elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j) Manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- k) Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- l) Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da **CLÁUSULA OITAVA (DA RESPONSABILIDADE)**;
- m) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.
- n) Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
- o) Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I.	Até 200 empregados	2%;
II.	De 201 a 500	3%;
III.	De 501 a 1.000	4%;
IV.	De 1.001 em diante	5%.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício, assim classificados:

FONTE: 100
 PROGRAMA DE TRABALHO: 12.122.0002.2016
 NATUREZA DA DESPESA: 339039
 NOTA DE EMPENHO:

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 241.968,34 (duzentos e quarenta e um mil novecentos e sessenta e oito reais e trinta e quatro centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Ordenadora de Despesas, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) Provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 48 (quarenta e oito) Horas após a entrega do serviço;
- b) Definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 05 (cinco) Dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO SEXTO – Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea p, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) Está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) Está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) Anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) Encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a g, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO QUARTO – A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUINTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO SEXTO – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 241.968,34 (duzentos e quarenta e um mil novecentos e sessenta e oito reais e trinta e quatro centavos), em parcelas, cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente nº 26046-0, agência 2546-1, de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento DCOM, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUINTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SEXTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO OITAVO – Tratando-se da mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei nº 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO NONO – A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os reajustes serão precedidos de requerimento da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tomarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o **IPCA**, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei nº 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – As partes convençionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no

Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas a, b, c, d e e, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea p, da **CLÁUSULA QUARTA**, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 2 % (dois por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei nº 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2 % (dois por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO QUINTO - Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - O CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá:

- a) Reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) Cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e;
- c) Cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa;

- c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do caput, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;
- b) A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do caput, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.
- c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do caput, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do caput:

- a) Corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SEXTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do caput:

- a) Não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) Sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) Será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO - A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Se o valor das multas previstas na alínea b, do caput, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta,



responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do caput, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital de licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-CONTRATADA perante a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATADA, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.


PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em 07 de janeiro de 2019.


UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORA DA DAF

MARIA THEREZA LOPES DE AZEVEDO


NORTESUL TRANSPORTE E SERVIÇOS EIRELI

RAFAEL DA SILVA BARBOSA


TESTEMUNHA

Jéssica Resinhas
Assistente Administrativo
TESTEMUNHA - Matr. 35708-7



SERVICO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. Nº E-26/007/1197/2018
DATA 02/01/2020 - FLS. _____
RUBRICA _____

**TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO Nº 54/2018/UERJ QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UERJ E A EMPRESA NORTESUL TRANSPORTE E SERVIÇOS EIRELI,
NA FORMA ABAIXO:**

A **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, com sede na Rua São Francisco Xavier n.º 524 - Maracanã, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.540.014/0001-57, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Diretora da Diretoria de Administração Financeira - DAF, **MARCIA CARVALHO DA CUNHA**, portadora da carteira de identidade n.º 087289989 DETRAN/RJ, CPF n.º 005.988.027-97, no uso de suas atribuições conferidas pela portaria n.º 78/REITORIA/2019, e a Empresa **NORTESUL TRANSPORTE E SERVIÇOS EIRELI** situada na Rua Avenida das Américas n.º 7935 sala, 540, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.085.134/0001-40, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **RAFAEL DA SILVA BARBOSA**, cédula de identidade n.º 299551614 DETRAN/RJ, CPF 132.630.427-50, firmam o presente **TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO Nº 54/2018/UERJ**, conforme consta do processo **E-26/007/1197/2018**, doravante denominado simplesmente **CONTRATO**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, Lei Estadual n.º 287, de 04 de dezembro de 1979, seu Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, Lei 1.604 de 1990, e respectivas alterações posteriores, doravante denominados simplesmente **LEGISLAÇÃO**, cujas disposições aplicam-se a este **CONTRATO** irrevogável e incondicionalmente, e que a **CONTRATADA**, por seu representante legal, declara conhecer, subordinando-se este **CONTRATO**, ainda, às normas constantes da legislação tributária pertinente, assim como às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA (Do Objeto): Constitui objeto do presente instrumento a renovação do Contrato nº 54/2018/UERJ de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENTREGA DE DOCUMENTOS** bem como na área administrativa para atender à Divisão de Comunicação e Arquivo - DCOM, com fundamento no art. 57, II, da lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA (Do Prazo): Pelo presente instrumento fica renovado por mais: 12 (doze) meses o prazo contratual, contados de 08/01/2020 a 07/01/2021, de acordo com solicitação à fl. 275 do processo E-26/007/1197/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA (Da Dotação Orçamentária): As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias assim classificadas:

Natureza das Despesas:.....339039
Fonte de Recurso:.....100
Programa de Trabalho:.....12.122.0002.2016

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUARTA (Do Pagamento): Em razão deste Termo Aditivo, o **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 241.968,33 (duzentos e quarenta e um mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos), a ser realizado conforme o faturamento, por meio de depósito na Conta Corrente nº 26046-0, Agência 2546-1, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo estado.

CLÁUSULA QUINTA (Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato): Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 241.968,33 (duzentos e quarenta e um mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos), totalizando o contrato o valor de R\$ 483.936,67 (quatrocentos e oitenta e três mil, novecentos e trinta e seis reais e trinta e três centavos).

CLÁUSULA SEXTA (Da Garantia): A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data do recebimento da via do termo aditivo assinada, comprovante de garantia contratual atualizada, referente ao novo período contratual, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em uma das modalidades previstas no § 1º do artigo 58 da Lei nº 8.666/93, a ser restituída após a sua execução satisfatória.

CLÁUSULA SÉTIMA (Da Ratificação): As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.


CLÁUSULA OITAVA (Da Publicação e Controle): Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.


E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO** em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam, para um só e mesmo efeito de direito.

Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2020.


UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARCIA CARVALHO DA CUNHA


NORTESUL TRANSPORTE E SERVIÇOS EIRELI
RAFAEL DA SILVA BARBOSA

TESTEMUNHA: 
CPF:

TESTEMUNHA: 
CPF:

Jeferson Roberto
Assessor Jurídico
CPF: 000.000.000-00



TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO Nº 54/2018/UERJ QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ E A EMPRESA NORTESUL TRANSPORTE E SERVIÇOS EIRELI, NA FORMA ABAIXO:

A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com sede na Rua São Francisco Xavier n.º 524 - Maracanã, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.540.014/0001-57, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Diretora da Diretoria de Administração Financeira - DAF, **MARCIA CARVALHO DA CUNHA**, portadora da carteira de identidade n.º 087289989 DETRAN/RJ, CPF n.º 005.988.027-97, no uso de suas atribuições conferidas pela portaria n.º 76/REITORIA/2019, e a Empresa **NORTESUL TRANSPORTE E SERVIÇOS EIRELI** situada na Rua Avenida das Américas n.º 7935 sala, 540, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.085.134/0001-40, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **RAFAEL DA SILVA BARBOSA**, cédula de identidade n.º 299551614 DETRAN/RJ, CPF 132.630.427-50, firmam o presente **TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO Nº 54/2018/UERJ**, conforme consta do processo administrativo **E-26/007/1197/2018**, doravante denominado simplesmente **CONTRATO**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, Lei Estadual n.º 287, de 04 de dezembro de 1979, seu Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, Lei 1.604 de 1990, e respectivas alterações posteriores, doravante denominados simplesmente **LEGISLAÇÃO**, cujas disposições aplicam-se a este **CONTRATO** irrestrita e incondicionalmente, e que a **CONTRATADA**, por seu representante legal, declara conhecer, subordinando-se este **CONTRATO**, ainda, às normas constantes da legislação tributária pertinente, assim como às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA (Do Objeto): Constitui objeto do presente instrumento a renovação do Contrato n.º **54/2018/UERJ** de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENTREGA DE DOCUMENTOS** bem como na área administrativa para atender à Divisão de Comunicação e Arquivo - DCOM, com fundamento no art. 57, II, da lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA (Do Prazo): Pelo presente instrumento fica renovado por mais 12 (doze) meses o prazo contratual, contados de 08/01/2021 a 07/01/2022, de acordo com solicitação nos documentos SEI 11148354 e 11218577 do processo administrativo E-26/007/1197/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA (Da Dotação Orçamentária): As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias assim classificadas:

Natureza das Despesas:	33903938
Fonte de Recurso:	230
Programa de Trabalho:	12.364.0442.2258
Nota de Empenho:	2020NE00220

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUARTA (Do Pagamento): Em razão deste Termo Aditivo, o **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 241.968,33 (duzentos e quarenta e um mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos), a ser realizado conforme o faturamento, por meio de depósito na Conta Corrente n.º 26046-0, Agência 2546-1, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo estado.

CLÁUSULA QUINTA (Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato): Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 241.968,33 (duzentos e quarenta e um mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos), totalizando o contrato o valor de R\$ 725.905,00 (setecentos e vinte e cinco mil novecentos e cinco reais).

CLÁUSULA SEXTA (Da Garantia): A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data do recebimento da via do termo aditivo assinada, comprovante de garantia contratual atualizada, referente ao novo período contratual, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em uma das modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93, a ser restituída após a sua execução satisfatória.

CLÁUSULA SÉTIMA (Da Ratificação): As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA (Da Publicação e Controle): Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO** em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam, para um só e mesmo efeito de direito.


Rio de Janeiro, 06 de Janeiro de 2021.




UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARCIA CARVALHO DA CUNHA



NORTESUL TRANSPORTE E SERVIÇOS EIRELI
RAFAEL DA SILVA BARBOSA


TESTEMUNHA:
CPF: 102.374.057-50

TESTEMUNHA:
CPF: 
Michelle Almeida Fernandes
SU/ASSISTENTE ADM/COTEL
Matr. 37.311-8

INFORMES MENSAIS

[Retornar à tela anterior](#)

Atos Jurídicos / Contratos Despesas / Aditivo

Competência do contrato
201901

Nº do contrato
54/2018

Página: 01

Linha	Competência do aditivo	Aditivo	Objeto	Valor
1	202001	01 AO 54/2018	Renovação do prazo contratual	241968,33
2	202101	02	prorrogação de prazo 12 meses	241968,33

Incluir	Voltar
---------	--------



TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 54/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ E A EMPRESA NORTESUL TRANSPORTE E SERVIÇOS EIRELI, NA FORMA ABAIXO:

A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com sede na Rua São Francisco Xavier n.º 524 - Maracanã, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.540.014/0001-57, daqui por diante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Diretora da Diretoria de Administração Financeira - DAF, **MARCIA CARVALHO DA CUNHA**, portadora da carteira de identidade n.º 087289989 DETRAN/RJ, CPF n.º 005.988.027-97, no uso de suas atribuições conferidas pela portaria n.º 76/REITORIA/2019, e a Empresa **NORTESUL TRANSPORTE E SERVIÇOS EIRELI** situada na Rua Avenida das Américas n.º 7905 sala, 540, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.085.134/0001-40, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada neste ato por **RAFAEL DA SILVA BARBOSA**, cédula de identidade n.º 2995516+4 DETRAN/RJ, CPF 132.830.427-50, firmam o presente **TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 54/2018**, conforme consta do processo administrativo E-26/007/1197/2018, doravante denominado simplesmente CONTRATO, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, Lei Estadual n.º 287, de 04 de dezembro de 1979, seu Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, Lei 1.604 de 1990 e respectivas alterações posteriores, doravante denominados simplesmente LEGISLAÇÃO, cujas disposições aplicam-se a este CONTRATO irremistida e incondicionalmente, e que a CONTRATADA, por seu representante legal, declara conhecer, subordinando-se este CONTRATO, ainda, às normas constantes da legislação tributária pertinente, assim como às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a renovação do Contrato 54/2018 de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENTREGA DE DOCUMENTOS bem como na área administrativa para atender à Divisão de Comunicação e Arquivo - DCOM, com fundamento no art. 57, II, da lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

Pelo presente instrumento fica renovado por mais 12 (doze) meses o prazo contratual, contados de 05/01/2022 a 07/01/2023, de acordo com solicitação nos documentos SEI 24266287 e 25210417 do processo administrativo E-26/007/1197/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias assim classificadas:

Natureza das Despesas:.....33903938
Fonte de Recurso:.....100
Programa de Trabalho:.....12.122.0002.2018
Nota de Empenho:.....2021NE01188

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

Em razão deste Termo Aditivo, o **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 241.968,33 (duzentos e quarenta e um mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos), a ser realizado conforme o faturamento, por meio de depósito na Conta Corrente n.º 26046-0, Agência 2546-1, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo estado.

CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR

Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 241.968,33 (duzentos e quarenta e um mil novecentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos), totalizando o contrato o valor de R\$ 967.873,33 (novecentos e sessenta e sete mil).

CLÁUSULA SEXTA: DA GARANTIA

A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data do recebimento da via do termo aditivo assinada, comprovante de garantia contratual atualizada, referente ao novo período contratual, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em uma das modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93, a ser restituída após a sua execução satisfatória.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RATIFICAÇÃO

As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO** em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam, para um só e mesmo efeito de direito.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2021.





UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARCIA CARVALHO DA CUNHA

RAFAEL DA SILVA
BARBOSA:13263042750

Assinado de forma digital por RAFAEL
DA SILVA BARBOSA:13263042750
Dados: 2021.12.17 11:41:02 -03'00'

NORTESUL TRANSPORTE E SERVIÇOS EIRELI
RAFAEL DA SILVA BARBOSA


TESTEMUNHA
CPF: [blank]
Assistente Administrativo
COTEL/DAF
Matr. 36500-9


TESTEMUNHA
CPF: [blank]
Assistente Administrativo
COTEL/DAF - Matr. 35708-7

268632	Nicolas Misailidis Strikis
267414	Patricia Torres Bozza
269586	Paulo Emilio Corrêa Leite
267063	Rafael Linden
268361	Rafael Maciel de Freitas
266414	Ralph Santos-Oliveira
266397	Regina Coeli dos Santos Goldenberg
268498	Renata Cristina Picão
269588	Renata Valeriano Tonon
268054	Renato Machado Cotta
269766	Ricardo Luiz Dantas Machado
268193	Robert Michael Boddey
270090	Roberta Olmo Pinheiro
267601	Robson Coutinho Silva
266540	Robson de Queiroz Monteiro
268335	Rosalina Mendez Otero
266668	Samuel dos Santos Valença
267637	Sérgio Machado Correa
269820	Sérgio Teixeira Ferreira
269027	Simonne Teixeira
267081	su Jian
266736	Suzana Guimarães Leitão
266815	Tânia Maria Ruffoni Ortiga
268356	Thaiane Moreira de Oliveira
269629	Thiago Signorini Gonçalves
268207	Ulisses Barres de Almeida
267497	Ulisses Gazos Lopes
267393	Valdir Florêncio da Veiga Junior
267281	Vanildo Silveira
270106	Verônica Maria de Araújo Calado
270022	Victor Haber Perez
269612	Vinicius de Moraes Netto
266355	William Ribeiro da Silva
266944	Wilson Savino
267673	Yordanka Reyes Cruz
269191	Yraima Moura Lopes Cordeiro
269814	Yutao Xing

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

***INSTRUMENTO:** Contrato nº 369/2021/HUPE. PARTES: UERJ/HUPE e CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para o Serviço de Farmácia do HUPE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. FUNDAMENTAÇÃO DA DESPESA: Pregão Eletrônico nº 392/2021. VALOR: R\$ 350.194,50 (trezentos e cinquenta mil cento e noventa e quatro reais e cinquenta centavos). N.E.: 2021NE03858. FISCALIS: SIMONE OLIVEIRA DA ROCHA - matrícula nº 33.775-8 e JOSÉ FREITAS JUNIOR - matrícula nº 35.585-9. GESTOR: HENRIQUE CONSTANTINO DA SILVEIRA - matrícula nº 36.260-8. NOMEAÇÃO: Portaria nº HUPE/SEI/818/2021. DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2021. FUNDAMENTO DO ATO: Processo nº SEI-260008/006332/2021.

*Omitido no D.O. de 14/12/2021.

***INSTRUMENTO:** Contrato nº 367/2021/HUPE. PARTES: UERJ/HUPE e RIOQUIMICA S/A. OBJETO: Aquisição de escova dupla face com clorexidina para o HUPE. VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias. FUNDAMENTAÇÃO DA DESPESA: Artigo 24 - Inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93. VALOR: R\$ 67.320,00 (sessenta e sete mil trezentos e vinte reais). N.E.: 2021NE03839. FISCALIS: LEONIDAS CARDOSO - matrícula nº 34.071-1. GESTOR: GISELE PASSOS CABRAL BENJAMIM - matrícula nº 36.532-0. NOMEAÇÃO: Portaria nº HUPE/SEI/817/2021. DATA DA ASSINATURA: 14 de dezembro de 2021. FUNDAMENTO DO ATO: Processo nº SEI-260008/009745/2021.

*Omitido no D.O. de 15/12/2021.

***INSTRUMENTO:** Contrato nº 368/2021/HUPE. PARTES: UERJ/HUPE e CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI. OBJETO: Aquisição de medicamentos para o Serviço de Farmácia do HUPE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. FUNDAMENTAÇÃO DA DESPESA: Pregão Eletrônico nº 392/2021. VALOR: R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais). N.E.: 2021NE03857. FISCALIS: SIMONE OLIVEIRA DA ROCHA - matrícula nº 33.775-8 e JOSÉ FREITAS JUNIOR - matrícula nº 35.585-9. GESTOR: HENRIQUE CONSTANTINO DA SILVEIRA - matrícula nº 36.260-8. NOMEAÇÃO: Portaria nº HUPE/SEI/818/2021. DATA DA ASSINATURA: 14 de dezembro de 2021. FUNDAMENTO DO ATO: Processo nº SEI-260008/006332/2021.

*Omitido no D.O. de 15/12/2021.

Id: 2362381

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Décimo Segundo Termo de Ajuste de Contas. PARTES: UERJ/HUPE e RENAL TEC INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Regularizar o pagamento da Nota Fiscal constante do processo, referente ao serviço de locação de aparelhos de osmose portátil e reprocessador de dialisadores para o Serviço de Nefrologia do Hospital Universitário Pedro Ernesto, referente ao mês

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR ADJUNTO, DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA FÍSICA, ÁREA GEOMORFOLOGIA, NOS TERMOS DA LEI nº 5.343/2008, DECRETOS nº 43.876/2012 e 43.007/2011, DA RESOLUÇÃO UERJ nº 03/91, DOS ATOS EXECUTIVOS DA REITORIA nº 45/1993 e 021/2011. Proc. nº SEI 260007/009431/2020.

O DIRETOR DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA torna público que no período de 07/03/2022 a 07/04/2022, encontram-se abertas as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de uma vaga, conforme acima. Para realizar sua inscrição, o candidato deverá, no período do dia 07/03/2022, a partir de 14 h, até as 23 h 59 do dia 07/04/2022, adotar os seguintes procedimentos: a) acessar o endereço eletrônico do Sistema de Processo Seletivo Simplificado - PROSSIM, (<https://prossim.uerj.br/>); b) realizar o cadastro no sistema, caso não possua e, após realizar o login, acessar a seleção desejada; c) tomar ciência das normas deste Edital; d) preencher, de acordo com as instruções específicas disponíveis, o requerimento de inscrição; e) emitir o boleto de inscrição gerado pelo sistema, exceto para candidatos cuja hipossuficiência financeira tenha sido comprovada, nos termos do item 4; f) efetuar o pagamento da taxa no valor de R\$274,85 (duzentos e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), em qualquer agência do BRADESCO, a favor da UERJ - Concurso Público - agência 6897 - conta nº 25-6.

Id: 2362545

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR ADJUNTO, DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA FÍSICA, ÁREA GEOTECNOLOGIAS, NOS TERMOS DA LEI nº 5.343/2008, DECRETOS nº 43.876/2012 e 43.007/2011, DA RESOLUÇÃO UERJ nº 03/91, DOS ATOS EXECUTIVOS DA REITORIA nº 45/1993 e 021/2011. PROC. Nº SEI-26/007/2591/2019.

O DIRETOR DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA torna público que no período de 07/03/2022 a 07/04/2022, encontram-se abertas as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de uma vaga, conforme acima. Para realizar sua inscrição, o candidato deverá, no período do dia 07/03/2022, a partir de 14 h, até as 23h59min do dia 07/04/2022, adotar os seguintes procedimentos: a) acessar o endereço eletrônico do Sistema de Processo Seletivo Simplificado - PROSSIM, (<https://prossim.uerj.br/>); b) realizar o cadastro no sistema, caso não possua e, após realizar o login, acessar a seleção desejada; c) tomar ciência das normas deste Edital; d) preencher, de acordo com as instruções específicas disponíveis, o requerimento de inscrição; e) emitir o boleto de inscrição gerado pelo sistema, exceto para candidatos cuja hipossuficiência financeira tenha sido comprovada, nos termos do item 4; f) efetuar o pagamento da taxa

1.3 Em cumprimento do sistema de cotas, para as vagas oferecidas nas

a) 20% (vinte por cento) de comunidades quilombolas;
b) 20% (vinte por cento) da rede pública de ensino;
c) 5% (cinco por cento) da legislação em vigor para militares e de inspetores mortos ou incapacitados;
1.3.1 Em conformidade com o

por:
a) negro, indígena ou pessoa que se autodeclarou à comunidade quilombola;
b) estudante oriundo de famílias de baixa renda ou aquele que tiver dependente em comunidades de todo o Brasil;
c) pessoa com deficiência, conforme as tabelas das Leis e Decretos Federais que regulamentam;
d) filho de policiais militares ou de seguranças capacitados em razão de óbito juntamente com o dependente em razão de incapacidade em razão de morte;
Diário Oficial com o 1.3.2 Considerando a importância da regularização dos procedimentos de regularização, a Deliberação nº 01/2019 do CSEPE/UEERJ, a Autodeclaração, no ato da inscrição, dos estudantes negros e indígenas.

§ 1º - No caso de não atendimento dos requisitos (gros), o Procedimento de regularização, considerando os critérios de regularização e características físicas.

§ 2º - No caso de não atendimento dos requisitos da Autodeclaração, os expedientes de regularização das lideranças da sua instituição, não sendo o resultado decidido nesta Deliberação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria de Administração Financeira

TERMO ADITIVO



TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 54/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ E A EMPRESA NORTESUL TRANSPORTE E SERVIÇOS EIRELI, NA FORMA ABAIXO:

A **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, com sede na Rua São Francisco Xavier n.º 524 - Maracanã, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.540.014/0001-57, daqui por diante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Diretora da Diretoria de Administração Financeira – DAF, **MARCIA CARVALHO DA CUNHA**, portadora da carteira de identidade n.º 087289989 DETRAN/RJ, CPF n.º 005.988.027-97, no uso de suas atribuições conferidas pela portaria n.º 120/REITORIA/2020, e a Empresa **NORTESUL TRANSPORTE E SERVIÇOS EIRELI** situada na Rua Avenida das Américas n.º 7935 sala, 540, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.085.134/0001-40, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada neste ato por **RAFAEL DA SILVA BARBOSA**, cédula de identidade n.º 299551614 DETRAN/RJ, CPF 132.630.427-50, firmam o presente **TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 54/2018**, conforme consta do processo administrativo SEI **E-26/007/1197/2018**, doravante denominado simplesmente TERMO, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, Lei Estadual n.º 287, de 04 de dezembro de 1979, seu Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, Lei 1.604 de 1990, e respectivas alterações posteriores, doravante denominados simplesmente LEGISLAÇÃO, cujas disposições aplicam-se a este TERMO irrestrita e incondicionalmente, e que a CONTRATADA, por seu representante legal, declara conhecer, subordinando-se este TERMO, ainda, às normas constantes da legislação tributária pertinente, assim como às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente TERMO a renovação do Contrato **54/2018** de prestação de serviços de ENTREGA DE DOCUMENTOS, bem como na área administrativa, para atender à Divisão de Comunicação e Arquivo - DCOM, com fundamento no art. 57, II, da lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

Pelo presente TERMO fica renovado por mais 12 (doze) meses o prazo contratual, contados de 08/01/2023 a 07/01/2024, de acordo com solicitação nos documentos SEI 41566105 e 42387276 do processo administrativo SEI E-26/007/1197/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente TERMO correrão à conta da seguinte dotação orçamentária assim classificada:

Natureza das Despesas:.....33903938

Fonte de Recurso:.....100

Programa de Trabalho:.....12.122.0002.2016

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

Em razão deste TERMO, o **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 241.968,33 (duzentos e quarenta e um mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos), a ser realizado conforme o faturamento, por meio de depósito na Conta Corrente de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo estado.

CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR

Dá-se ao TERMO o valor de R\$ 241.968,33 (duzentos e quarenta e um mil novecentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos), totalizando o contrato o valor de R\$ 1.209.841,65 (um milhão duzentos e nove mil oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEXTA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data do recebimento da via do termo aditivo assinada, comprovante de garantia contratual atualizada, referente ao novo período contratual, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em uma das modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93, a ser restituída após a sua execução satisfatória.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RATIFICAÇÃO

As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente TERMO.

CLÁUSULA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE

Após a assinatura do TERMO deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente TERMO em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam, para um só e mesmo efeito de direito.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARCIA CARVALHO DA CUNHA

NORTESUL TRANSPORTE E SERVIÇOS EIRELI
RAFAEL DA SILVA BARBOSA

TESTEMUNHA:

TESTEMUNHA:



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL DA SILVA BARBOSA, Usuário Externo**, em 23/12/2022, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Carvalho da Cunha, Diretor(a) de Administração Financeira**, em 23/12/2022, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson da Silva Lima, Técnico Universitário**, em 27/12/2022, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **44605068** e o código CRC **E9229656**.

Referência: Processo nº E-26/007/1197/2018

SEI nº 44605068

Rua São Francisco Xavier, 524, - Bairro Maracanã, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20550-900
Telefone: - <https://www.uerj.br/>